

TERMO DE CERTIFICAÇÃO
CERTIDÃO PGE Nº 047/2022

O SubProcurador-Geral do Estado, no uso das suas atribuições, tendo em vista o disposto na Portaria Normativa nº. 059/2010 e considerando o Despacho SUB/PGE-GAB, de 06 de junho de 2022, Documento SEI nº 12791954 do processo PGE nº. 1204-0000002055/2022 CERTIFICA como admissível para os fins previstos na Lei 6.410, de 24 de outubro de 2003, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 4.830/2010 e nos termos do art., 18, § 3º Dec. 1738/2003 o crédito em favor de Gildecio Souza Lima, matrícula 47570-0, CPF: 190.492.344-53, Processo 205/89, volume 1, folhas 121 e 180, (0012332-39.1998.8.02.0001), idade 67 anos, servidora inativa da Secretaria de Estado da Educação, no importe de R\$ 256.991,12 (duzentos e cinquenta e seis mil novecentos e noventa e um reais e doze centavos). Bem como, os valores relativos aos honorários advocatícios no montante de R\$ 51.398,22 (cinquenta e um mil trezentos e noventa e oito reais e vinte e dois cen-

tavos), créditos decorrente da Ação Ordinária de Cobrança Processo nº 0012332-39.1998.8.02.0001, ajuizada na antiga 15ª Vara Cível da Capital / Fazenda Pública Estadual, transitado em julgado em 08.09.1998, em que figuram como autor e réu, ora devedor, o ESTADO DE ALAGOAS. Ainda, cumpre observar, todavia, que, à luz dos documentos apresentados, o presente pedido de certificação atende ao que estabelece o art. 18 do Decreto nº 1.738, de 19.12.03, alterado pelo Decreto nº 69.136 de 14.02.2020, que por sua vez foi acrescido do § 8º, que possibilita a certificação e a homologação do pedido de cessão de crédito por mais de um servidor, seja este ativo, inativo ou pensionista, condicionado ao mínimo de 30% (trinta por cento) do valor de face do crédito, em cada certificação, em benefício dos cedentes que se enquadrem nas hipóteses previstas no § 3º do caput do presente artigo.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS, Gabinete do Subprocurador Geral, em Maceió, 06 de junho de 2022.



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

EDITAL – SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - Nº
002/2022- PGE/AL

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve tornar público o presente **EDITAL**, que estabelece as instruções destinadas ao processo seletivo voltado ao preenchimento de vagas para estagiários de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, na forma da Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, da Lei Estadual nº 4.675, de 27 de junho de 1985, e da Resolução nº 007, de 21 de setembro 2020, do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, publicada no DOE de 22.09.2020, para atuar junto à Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas, em **Maceió**.

1. O certame tem por finalidade selecionar candidatos para o preenchimento de 01 (uma) vaga de estagiário de Ciências Contábeis.

1.1. O estágio terá duração de um ano, prorrogável por mais um ano, em conformidade com o art. 11, da Lei Federal nº 11.788/08.

1.2. Poderão participar do processo seletivo os estudantes devidamente matriculados em cursos de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, *lato* ou *stricto sensu*, os quais sejam oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação.

1.2.1. A contratação só será efetivada se o candidato aprovado, quando da admissão, estiver regularmente matriculado em curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, *lato* ou *stricto sensu*, reconhecido pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação

1.3. Além do contido no item anterior, são, ainda, requisitos para investidura na função de estagiário de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Procuradoria-Geral do Estado:

1.3.1. Não ocupar cargo, emprego ou função nos órgãos ou nas entidades da Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

1.3.2. Declaração, no respectivo termo de compromisso, de disponibilidade de horário;

1.3.3. Declaração pessoal de inexistência de antecedentes criminais e da ausência das causas de impedimento para o exercício das funções;

1.3.4. Existência de Convênio de Cooperação para a Concessão de Estágio entre o Estado de Alagoas, por intermédio da Procuradoria-Geral do Estado, e a entidade de ensino superior na qual o aluno se encontra matriculado;

1.3.5. Não desenvolver qualquer atividade paralela em conflito de interesses com as funções desempenhadas no âmbito da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas.

1.4. Os estagiários farão jus a uma bolsa mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a qual será acrescida de auxílio transporte, nas hipóteses cabíveis.

1.5. Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência (assim qualificada nos termos do Decreto Federal nº 3.298/1999) o percentual de 10% (dez por cento) na forma do § 5º, do art. 17 da Lei Federal nº 11.788/2008, das vagas oferecidas em razão deste certame, que surgirem durante o prazo de validade do processo seletivo, ficando destinadas as 5ª, a 15ª, a 25ª, a 35ª vagas e assim sucessivamente.

1.5.1. As vagas que não forem providas pelas pessoas portadoras de necessidades especiais, em face da inexistência de candidatos aprovados, serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem de classificação.



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

2. As inscrições serão realizadas, no período de **17 de junho de 2022 a 01 de julho de 2022**, exclusivamente por meio eletrônico, através do seguinte link: <https://tinyurl.com/inscricaoestagiopos>.

2.1. **Para realizar a inscrição no endereço eletrônico acima referenciado, o candidato deverá possuir uma conta do GMAIL, pois, caso contrário, não conseguirá anexar os documentos solicitados.**

2.2. No ato da inscrição são exigidos os seguintes documentos:

2.2.1. Currículo *lattes* (Plataforma *lattes*), no qual devem constar todas as informações profissionais e acadêmicas do candidato (Caso sejam inseridas quaisquer informações falsas, o candidato será automaticamente desclassificado do certame, sem prejuízo da imposição das demais sanções legais cabíveis);

2.2.2. Cópia do RG ou outro documento oficial com foto;

2.2.3. Comprovante de matrícula na Pós-Graduação;

2.2.4. Laudo médico original, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional da Doença – CID, bem como a causa provável da deficiência (apenas para os portadores de deficiência);

2.3. **Todos os documentos anexados devem conter, na descrição, o nome completo do candidato.**

3. O processo seletivo será realizado através de entrevista com servidor vinculado à área de conhecimento especificada no edital, que avaliará os candidatos, a fim de definir aquele que tem melhores condições para o desempenho das atividades.

3.1. O candidato deverá possuir, no mínimo, as seguintes qualificações:

3.1.1. Raciocínio lógico para melhor interpretação;

3.1.2. Organização para cumprir prazos;

3.1.3. Conhecimento em índices de atualização monetária e juros;

3.1.4. Conhecimento folha de pagamento;

3.1.5. Conhecimento em sistemas de cálculos trabalhistas – PjeCalc / para cumprimento de sentença;

3.1.6. Expertise em planilhas de cálculos através do Excel para elaboração de cálculos judiciais e extrajudiciais;

3.1.7. Conhecimento de cálculos da Justiça Federal e Estadual;

3.1.8. Conhecimento de cálculos de desapropriação; e

3.1.9. Conhecimento em sistemas operacionais, especificamente na utilização de softwares voltados para justiça do trabalho, Federal e Estadual.

4. O resultado será publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas e no site da Procuradoria-Geral do Estado (www.pge.al.gov.br).

5. O estagiário, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 11.788/2008, e da Resolução nº 07/2020 do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas, não terá vínculo empregatício.

6. O prazo de vigência da seleção será de um ano, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação.



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

7. A inscrição do candidato implica a aceitação das normas constantes neste edital.

8. Os casos omissos neste edital serão solucionados pela Comissão de Seleção.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Gabinete do Procurador-Geral, em Maceió, 07 de junho de 2022.

SAMYA SURUAGY DO AMARAL
Procuradora-Geral do Estado

LUÍS MANOEL BORGES DO VALE
Coordenador do Centro de Estudos



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

**EDITAL – SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - Nº
002/2022- PGE/AL**

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve tornar público o presente **EDITAL**, que estabelece as instruções destinadas ao processo seletivo voltado ao preenchimento de vagas para estagiários de Pós-Graduação em Ciências da Computação/Análise e Desenvolvimento de Sistemas/Engenharia da Computação/Engenharia de Software/Tecnologia de Processamento de Dados, na forma da Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, da Lei Estadual nº 4.675, de 27 de junho de 1985, e da Resolução nº 007, de 21 de setembro 2020 do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, publicada no DOE de 22.09.2020, para atuar junto à Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas, em **Maceió**.

1. O certame tem por finalidade selecionar candidatos para o preenchimento de 02 vagas de estagiário de Ciências da Computação/Análise e Desenvolvimento de Sistemas/Engenharia da Computação/Engenharia de Software/Tecnologia de Processamento de Dados.

1.1. O estágio terá duração de um ano, prorrogável por mais um ano, em conformidade com o art. 11, da Lei nº 11.788/08.

1.2. Poderão participar do processo seletivo os estudantes devidamente matriculados em cursos de Pós-Graduação em Pós-Graduação em Ciências da Computação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Engenharia da Computação, Engenharia de Software ou Tecnologia de Processamento de Dados, *lato* ou *stricto sensu*, os quais sejam oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação.

1.2.1. A contratação só será efetivada se o candidato aprovado, quando da admissão, estiver regularmente matriculado em curso de Pós-Graduação em Ciências da Computação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Engenharia da Computação, Engenharia de Software ou Tecnologia de Processamento de Dados, *lato* ou *stricto sensu*, reconhecido pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação.

1.3. Além do contido no item anterior, são, ainda, requisitos para investidura na função de estagiário de Pós-Graduação em Ciências da Computação/Análise e Desenvolvimento de Sistemas/Engenharia da Computação/Engenharia de Software/Tecnologia de Processamento de Dados da Procuradoria-Geral do Estado:

1.3.1. Não ocupar cargo, emprego ou função nos órgãos ou nas entidades da Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

1.3.2. Declaração, no respectivo termo de compromisso, de disponibilidade de horário;

1.3.3. Declaração pessoal de inexistência de antecedentes criminais e da ausência das causas de impedimento para o exercício das funções;

1.3.4. Existência de Convênio de Cooperação para a Concessão de Estágio entre o Estado de Alagoas, por intermédio da Procuradoria-Geral do Estado, e a entidade de ensino superior na qual o aluno se encontra matriculado;

1.3.5. Não desenvolver qualquer atividade paralela em conflito de interesses com as funções desempenhadas no âmbito da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas.



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

1.4. Os estagiários farão jus a uma bolsa mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a qual será acrescida de auxílio transporte, nas hipóteses cabíveis.

1.5. Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência (assim qualificada nos termos do Decreto Federal nº 3.298/1999) o percentual de 10% (dez por cento) na forma do § 5º, do art. 17 da Lei Federal nº 11.788/2008, das vagas oferecidas em razão deste certame, que surgirem durante o prazo de validade do processo seletivo, ficando destinadas as 5ª, a 15ª, a 25ª, a 35ª vagas e assim sucessivamente.

1.5.1. As vagas que não forem providas pelas pessoas portadoras de necessidades especiais, em face da inexistência de candidatos aprovados, serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem de classificação.

2. As inscrições serão realizadas, no período de **17 de junho de 2022 a 01 de julho de 2022**, exclusivamente por meio eletrônico, através do seguinte link:

<https://tinyurl.com/inscricaoestagiopos>.

2.1. **Para realizar a inscrição no endereço eletrônico acima referenciado, o candidato deverá possuir uma conta do GMAIL, pois, caso contrário, não conseguirá anexar os documentos solicitados.**

2.2. No ato da inscrição são exigidos os seguintes documentos:

2.2.1. Currículo *lattes* (Plataforma *lattes*), no qual devem constar todas as informações profissionais e acadêmicas do candidato (Caso sejam inseridas quaisquer informações falsas, o candidato será automaticamente desclassificado do certame, sem prejuízo da imposição das demais sanções legais cabíveis);

2.2.2. Cópia do RG ou outro documento oficial com foto;

2.2.3. Comprovante de matrícula na Pós-Graduação;

2.2.4. Laudo médico original, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional da Doença – CID, bem como a causa provável da deficiência (apenas para os portadores de deficiência);

2.3. **Todos os documentos anexados devem conter, na descrição, o nome completo do candidato.**

3. O processo seletivo será realizado através de entrevista com servidor vinculado à área de conhecimento especificada no edital, que avaliará os candidatos, a fim de definir aquele que tem melhores condições para o desempenho das atividades.

3.1. O candidato deverá possuir, no mínimo, as seguintes qualificações:

3.1.1. Develop Backend e Frontend Python

3.1.2. Desenvolvedor web utilizando a linguagem python e framework django ou flask.

3.1.3. Habilidade para construir APIS, com django rest ou fastapi.

3.1.3. Conhecimentos em HTML, css, javascript, framework bootstrap.

3.1.4. Utilizar algum SGBD PostgreSQL ou MySQL.

3.1.5. Saber Utilizar Github ou Gitlab.

3.1.6. Ter noções da parte de deploy, para montar o ambiente de produção e homologação.

3.1.7. Conhecimento em Linux e Docker

4. O resultado será publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas e no site da Procuradoria-Geral do Estado (www.pge.al.gov.br).



**ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL**

5. O estagiário, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 11.788, de 2008, e da Resolução nº 07/2020 do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas, não terá vínculo empregatício.
6. O prazo de vigência da seleção será de um ano, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação.
7. A inscrição do candidato implica a aceitação das normas constantes neste edital.
8. Os casos omissos neste edital serão solucionados pela Comissão de Seleção.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Gabinete do Procurador-Geral, em Maceió, 07 de junho de 2022.

SAMYA SURUAGY DO AMARAL
Procuradora-Geral do Estado

LUÍS MANOEL BORGES DO VALE
Coordenador do Centro de Estudos



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

EDITAL – SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - Nº
001/2022- PGE/AL

A **PROCURADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve tornar público o presente **EDITAL**, que estabelece as instruções destinadas ao processo seletivo voltado ao preenchimento de vagas para estagiários de Pós-Graduação em Direito, na forma da Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, da Lei Estadual nº 4.675, de 27 de junho de 1985, e da Resolução nº 007, de 21 de setembro 2020, do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, publicada no DOE de 22.09.2020, para atuar junto à Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas, em **Maceió**.

1. O certame tem por finalidade selecionar candidatos para o preenchimento de 08 (oito) vagas de estagiários de Direito.

1.1. O estágio terá duração de um ano, prorrogável por mais um ano, em conformidade com o art. 11, da Lei Federal nº 11.788, de 2008.

1.2. Poderão participar do processo seletivo os estudantes devidamente matriculados em cursos de Pós-Graduação em Direito, *lato* ou *stricto sensu*, os quais sejam oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação.

1.2.1. A contratação só será efetivada se o candidato aprovado, quando da admissão, estiver regularmente matriculado em curso de Pós-Graduação em Direito, *lato* ou *stricto sensu*, reconhecido pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação

1.3. Além do contido no item anterior, são, ainda, requisitos para investidura na função de estagiário de Pós-Graduação em Direito da Procuradoria-Geral do Estado:

1.3.1. Não ocupar cargo, emprego ou função nos órgãos ou nas entidades da Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

1.3.2. Declaração, no respectivo termo de compromisso, de disponibilidade de horário;

1.3.3. Declaração pessoal de inexistência de antecedentes criminais e da ausência das causas de impedimento para o exercício das funções;

1.3.4. Existência de Convênio de Cooperação para a Concessão de Estágio entre o Estado de Alagoas, por intermédio da Procuradoria-Geral do Estado, e a entidade de ensino superior na qual o aluno se encontra matriculado;

1.3.5. Não desenvolver qualquer atividade paralela em conflito de interesses com as funções desempenhadas no âmbito da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas.

1.4. Os estagiários farão jus a uma bolsa mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a qual será acrescida de auxílio transporte, nas hipóteses cabíveis.

1.5. Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência (assim qualificada nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 1999) o percentual de 10% (dez por cento) na forma do § 5º, do art. 17 da Lei Federal nº 11.788, de 2008, das vagas oferecidas em razão deste certame, que surgirem durante o prazo de validade do processo seletivo, ficando destinadas a 5ª, a 15ª, a 25ª, a 35ª vagas e assim sucessivamente.

1.5.1. As vagas que não forem providas pelas pessoas portadoras de necessidades especiais, em face da inexistência de candidatos aprovados, serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem de classificação.



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

2. As inscrições serão realizadas, no período de **17 de junho de 2022 a 01 de julho de 2022**, exclusivamente por meio eletrônico, através do seguinte link: <https://tinyurl.com/inscricaoestagiopos>.

2.1. **Para efetuar a inscrição no endereço eletrônico acima referenciado, o candidato deverá possuir uma conta do GMAIL, pois, caso contrário, não conseguirá anexar os documentos solicitados.**

2.2. No ato da inscrição são exigidos os seguintes documentos:

2.2.1. Currículo *lattes* (Plataforma *lattes*), no qual devem constar todas as informações profissionais e acadêmicas do candidato (Caso sejam inseridas quaisquer informações falsas, o candidato será automaticamente desclassificado do certame, sem prejuízo da imposição das demais sanções legais cabíveis);

2.2.2. Cópia do RG ou outro documento oficial com foto;

2.2.3. Comprovante de matrícula na Pós-Graduação;

2.2.4. Laudo médico original, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional da Doença – CID, bem como a causa provável da deficiência (apenas para os portadores de deficiência);

2.3. **Todos os documentos anexados devem conter, na descrição, o nome completo do candidato.**

3. O processo seletivo será realizado em duas etapas:

3.1. Prova Objetiva (formato A, B, C, D, E), na qual constarão as seguintes disciplinas:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES
DIREITO CONSTITUCIONAL	08
DIREITO ADMINISTRATIVO	08
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	08
DIREITO TRIBUTÁRIO	07
DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL	05
DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO	05
DIREITO FINANCEIRO	03
DIREITO PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO	03



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

DIREITO AMBIENTAL	03
TOTAL	50

3.1.2. Caso a questão do candidato esteja em conformidade com o gabarito, será atribuído 1 (um) ponto e, na hipótese de discordância, 0 ponto.

3.1.3. A prova objetiva valerá 50 (cinquenta) pontos. Os candidatos que não atingirem a nota mínima de 25 (vinte e cinco) pontos serão automaticamente eliminados do certame.

3.1.4. Serão habilitados à segunda fase (prova discursiva) os candidatos aprovados e classificados na prova objetiva até a 32ª posição para a listagem geral e até a 4ª posição para os candidatos que se declararam pessoas com deficiência (**respeitados os empates na última colocação**).

3.2. Os habilitados na primeira etapa serão convocados para a prova discursiva, que contemplará uma peça processual e duas questões discursivas. A segunda etapa abrangerá as seguintes disciplinas do conteúdo programático: a) Direito Constitucional; b) Direito Administrativo; c) Direito Processual Civil; d) Direito Tributário; e) Direito do Trabalho; f) Direito Processual do Trabalho e g) Direito Financeiro.

3.3. A prova discursiva valerá 100 (cem) pontos, os quais são distribuídos da seguinte forma:

QUESTÃO	PONTUAÇÃO
PEÇA PROCESSUAL	70 PONTOS
QUESTÃO DISCURSIVA 01	15 PONTOS
QUESTÃO DISCURSIVA 02	15 PONTOS

3.3.1. O candidato que não atingir o mínimo de 50 (cinquenta) pontos na fase discursiva estará automaticamente eliminado.

3.4. A nota final do candidato será representada pela soma das pontuações conferidas na primeira e na segunda etapa.

3.5. A classificação final dos aprovados obedecerá a ordem decrescente de pontuação.

3.5.1. Em caso de empate, servirão de critérios para desempate, na seguinte ordem:

3.5.2. Maior nota na prova discursiva;

3.5.3. Maior nota na prova objetiva;

3.5.4. Maior idade;

3.6. A prova objetiva será realizada na data provável de **17 de julho de 2022**.

3.6.1. O Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas, por meio de endereço eletrônico (www.pge.al.gov.br), divulgará a data e o local da das provas objetiva e subjetiva.

3.7. As provas serão realizadas com a observância de todos os protocolos sanitários estabelecidos pelas autoridades governamentais.

3.8. Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova com a antecedência mínima de uma hora, portando o comprovante de inscrição, RG ou documento oficial de identificação com foto.

3.9. Não será permitida a utilização, no local de prova, de armas, nem de aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, bip, telefone celular, receptor, gravador etc.).

3.10. Compete ao candidato acompanhar a divulgação da informação prevista no item 3.6 deste edital.



**ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL**

4. Caberá recurso de todas as etapas do processo seletivo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação de cada resultado, no Diário Oficial do Estado de Alagoas.
- 4.1. A petição de recurso será encaminhada à Procuradoria Geral do Estado de Alagoas, por meio eletrônico, em link a ser disponibilizado em cada edital de divulgação dos resultados, e deverá conter:
 - 4.1.1. Argumentação lógica e fundamentada;
 - 4.1.2. Nome completo do candidato.
5. O programa do certame consta especificado no anexo único deste edital.
6. O estagiário, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 11.788, de 2008, e da Resolução nº 07/2020 do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas, não terá vínculo empregatício.
7. Os candidatos aprovados e não classificados dentro do número de vagas integrarão o cadastro de reserva deste processo seletivo.
8. O prazo de vigência da seleção será de um ano, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação.
9. A inscrição do candidato implica a aceitação das normas constantes neste edital.
10. Todas as informações relativas ao certame serão divulgadas por meio do endereço eletrônico oficial da Procuradoria Geral do Estado (<http://www.pge.al.gov.br>), sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento.
11. Os casos omissos neste edital serão solucionados pela Comissão de Seleção.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Gabinete do Procurador-Geral, em Maceió, 07 de junho de 2022.

**SAMYA SURUAGY DO AMARAL
Procuradora-Geral do Estado**

**LUÍS MANOEL BORGES DO VALE
Coordenador do Centro de Estudos**



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

ANEXO ÚNICO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Teoria da Constituição. 1.1 Constitucionalismo e Neoconstitucionalismo: conceitos, características, classificação, evolução histórica, constitucionalismo e democracia. 1.2 Constituição: conceitos, características, classificação, evolução histórica. 1.3 Teoria do Poder Constituinte. 1.3.1 Poder Constituinte Originário, Derivado e Decorrente: características gerais; reforma e revisão; mutação constitucional; teoria da recepção; emendas à Constituição de 1988 e suas limitações. 1.4 Normas constitucionais: conceito, classificação, função, estrutura. 1.5 Preâmbulo constitucional. 1.6 Disposições constitucionais transitórias. 1.7 Hermenêutica constitucional e interpretação. 1.8 Constituições do Brasil. 2 Controle da constitucionalidade. 2.1 Teoria da inconstitucionalidade da norma. 2.2 Evolução histórica do controle de constitucionalidade. 2.3 Principais sistemas e sua classificação. 2.4 Efeitos e técnicas da decisão. 2.5 O problema da legitimidade democrática do controle. 2.6 O controle de constitucionalidade na Constituição Federal de 1988: controle difuso, concentrado (ação direta de inconstitucionalidade - ADI, ação declaratória de constitucionalidade - ADC, ação direta de inconstitucionalidade por omissão - ADO, arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF, Lei Federal nº 9.868/1999 e suas alterações e Lei Federal nº 9.882/1999), súmulas vinculantes e recurso extraordinário. 2.7 Controle de constitucionalidade das leis estaduais e municipais. 3 Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 3.1 Declaração de direitos: histórico; teoria jurídica e teoria política. 3.2 Conceito, natureza e fundamentos. 3.3 Classificação e evolução. 3.4 Características gerais. 3.5 Eficácia horizontal. 3.6 Interpretação, concretização, restrição, eficácia e núcleo essencial. 3.7 Direitos fundamentais e o problema de sua efetivação. 4 Direitos e Princípios Fundamentais na Constituição de 1988. 4.1 Princípios fundamentais. 4.2 Direitos e garantias fundamentais. 4.3 Direitos e deveres individuais e coletivos. 4.4 Direitos sociais. 4.5 Direitos da Nacionalidade e cidadania. 4.6 Direitos políticos e partidos políticos. 4.7 Direitos difusos coletivos e individuais homogêneos. 4.8 Proteção judicial dos direitos fundamentais. 4.9 Ações constitucionais: habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data, ação popular; ação civil pública; ação de improbidade. 5 Organização do Estado. 5.1 Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários. 5.2 Democracia: conceito, evolução histórica, classificação, características. 5.3 Federalismo: soberania e autonomia do Estado federal, conceito, sistemas de repartição de competência, direito comparado, princípio da simetria constitucional; poder constituinte estadual e municipal; sistemas de gerenciamento constitucional das crises. 5.4 União, estados, municípios, Distrito Federal e territórios. 5.5 Organização Político-Administrativa do Estado Brasileiro. 5.6 Repartição de Competências na Constituição de 1988. 5.7 Intervenção Federal e Estadual. 6 Organização dos Poderes. 6.1 Princípio da separação dos poderes: conceito, evolução histórica, direito comparado. 6.2 Poder Executivo: estrutura, atribuições e competências; administração pública e seus princípios na Constituição de 1988; servidores públicos civis; presidencialismo e parlamentarismo; presidente da República (poder regulamentar e medidas provisórias) e ministro de Estado; crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado. 6.3 Poder Legislativo: estrutura, organização, atribuições, membros,



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

prerrogativas, vedações e imunidades; comissões parlamentares; processo legislativo; controle interno e externo dos poderes; Tribunal de Contas. 6.4 Poder Judiciário: membros, prerrogativas, vedações, atribuições; estrutura e organização; Conselho Nacional de Justiça; tribunais e juízes. 6.5 Conselho da República e Conselho de Defesa. 7 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 7.1 Estado de sítio e de defesa. 7.2 Forças Armadas. 7.3 Segurança Pública. 8 Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Advocacia. 9 Sistema Tributário Nacional e Finanças Públicas. 10 Ordem econômica e financeira. 10.1 Princípios gerais da atividade econômica. 10.2 Política urbana. 10.3 Política agrícola e fundiária e reforma agrária. 11 Ordem social. 11.1 Seguridade Social. 11.1.1 Saúde. 11.1.2 Previdência. 11.1.3 Assistência Social.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Direito Administrativo: conceito, interpretação e aplicação. Princípios informativos. Regime jurídico-administrativo. Evolução do papel do Estado. 2. A Constituição Federal e os princípios da Administração Pública. Princípios reconhecidos em legislação infraconstitucional, pela doutrina e pela jurisprudência. Interpretação do direito administrativo. Normas sobre interpretação do direito público na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro. 3. Organização do Estado e da Administração. Órgãos e agentes públicos. Governo e administração. Independência entre poderes e função administrativa. 4. Poderes e deveres dos administradores públicos. Uso e abuso de poder. Poderes administrativos. Poder discricionário. Poderes decorrentes da hierarquia. Poder disciplinar. Poder normativo. Poder de polícia. Modalidades. Deveres dos administradores públicos. 5. Poder de polícia: evolução, conceito, competência, fundamentos, atributos, finalidade, âmbito de incidência, características, limites e meios de atuação. Poder de polícia e direitos fundamentais. 6. Estrutura da Administração. Centralização, descentralização e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações. Agências. 7. Regime jurídico empresarial do Estado. Atuação do Estado no domínio econômico. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Estatuto das empresas estatais. Lei Federal nº 13.303/2016. Regime financeiro das estatais. Regras de governança e tratamento diferenciado para as empresas estatais de menor porte. 8. Serviços públicos: conceito, características, classificação, titularidade (competência), princípios, remuneração, usuários, formas de execução. Prestação centralizada e descentralizada de serviços públicos. Concessão, permissão e autorização de serviços públicos. Lei Federal nº 8.987/1995. Lei Federal nº 13.448/2017. Lei Federal nº 13.726/2018. Racionalização dos serviços públicos. 9. Atividade regulatória do Estado. Regulação. Desregulação. Autorregulação. Corregulação. Entidades da regulação no Brasil. Operacionalização técnica e eficiência administrativa. Interação operacional entre as agências reguladoras federais e as agências reguladoras ou os órgãos de regulação estaduais. A regulação de novas tecnologias. Programas de ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório). Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Garantias de livre iniciativa. Análise de impacto regulatório. Lei Federal nº 13.874/2019. 10. Ato administrativo: conceito, elementos, requisitos de validade, atributos (características), formação e efeitos, classificação. Silêncio administrativo. Vinculação e discricionariedade. Atos administrativos em espécie. Desconstituição dos atos administrativos: extinção, invalidação e revogação. Vícios. Convalidação. Prescrição e decadência. 11. Licitação: conceito, natureza jurídica, fundamentos e objeto. Princípios. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Modalidades de licitação. Procedimento. Anulação e revogação. Recursos administrativos. Contrato administrativo: conceito, características, espécies, formalização, modificação, prorrogação, renovação, inexecução e extinção. Requisitos de validade. Execução. Cláusulas exorbitantes. Áreas contratuais. Equação econômico-financeira. Lei Federal nº 8.666/1993.



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

Lei Federal nº 14.133/2021. Arbitragem nos contratos administrativos e métodos alternativos de solução de conflitos. 12. Contratação de soluções inovadoras pelo Estado. Lei Complementar Federal nº 182/2021. 13. Setor público não estatal. Paraestatais e entes de colaboração. Formas de parceria com a iniciativa privada (segundo setor e terceiro setor). Parcerias sociais. Lei Federal nº 13.019/2014. Contrato de gestão. Organizações Sociais (OSs). Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Serviços sociais autônomos. Convênios. Consórcios Públicos. Parcerias público-privadas. Lei Federal nº 11.079/2004. Concessões patrocinadas e administrativas. 14. Agentes públicos: conceito, classificação e agentes de fato. Servidores públicos: conceito, características e classificação. Regimes jurídicos funcionais. Organização funcional: quadro de pessoal, cargos, empregos e funções públicas. Classificação dos cargos. Criação, transformação e extinção de cargos. Provimento. Investidura. Reingresso. Vacância. Direitos, deveres e vantagens. Regime constitucional dos servidores públicos: concurso público, acessibilidade, acumulação de cargos e funções, estabilidade, disponibilidade, mandato eletivo, sistema constitucional de remuneração e teto, associação sindical e direito de greve. Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Alagoas (Lei Estadual nº 5.247/1991). Contratação de servidores temporários. 15. Responsabilidade dos servidores públicos. Responsabilidade civil, penal e administrativa. Efeitos da decisão penal nas esferas civil e administrativa. Responsabilidade por improbidade administrativa. Lei federal nº 8.429/1992. 16. Processo administrativo: conceito, finalidades, modalidades, princípios, garantias processuais e procedimentos (Lei estadual nº 6.161/2000). Direito disciplinar. Sindicância. Processo administrativo disciplinar. 17. Responsabilidade civil do Estado: origem, evolução, teorias, disciplina constitucional. Aplicação da responsabilidade objetiva. Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade por atos legislativos. Responsabilidade por atos judiciais. Reparação do dano. Direito de regresso. 18. Bens públicos. Domínio público. Classificação dos bens, afetação e desafetação, regime jurídico, aquisição, uso (gestão), administração e alienação. Espécies de bens públicos. 19. Intervenção do Estado na propriedade privada: fundamentos, modalidades, limitações administrativas, ocupação temporária, requisição administrativa, tombamento, servidão administrativa. 20. Desapropriação: conceito, natureza jurídica, pressupostos, fontes normativas e espécies, objeto, forma de aquisição, competência, destinação dos bens desapropriados, fase declaratória, fase executória. Ação de desapropriação. Indenização. Desistência da desapropriação. Desapropriação indireta. Direito de extensão. Retrocessão. Desapropriação rural e confiscatória. Decreto-lei Federal nº 3.365/41. Lei Federal nº 4.132/62. 21. Controle da Administração Pública: conceito, objetivo, natureza jurídica, classificação. Controle político e administrativo. Controle administrativo: conceito, objetivo, meios de controle, recursos administrativos, coisa julgada, prescrição, processo administrativo. Fiscalização hierárquica. Sistema integrado de controle interno. Fiscalização financeira e orçamentária. Controle legislativo. Tribunal de Contas do Estado. Controle judicial. Normas sobre atuação da Fazenda Pública em Juízo. Lei de proteção do usuário de serviços público – Lei Federal nº 13.460/2017. 22. Acesso à informação. Lei Federal nº 12.527/2011. Anticorrupção Empresarial. Acordos de leniência. Lei Federal nº 12.846/2013. 23. Tratamento de dados pelo Poder Público e sanções administrativas na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018). Compartilhamento de dados no âmbito da Administração Pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

1 Sistema Tributário Nacional. 1.1 Conceito. 1.2 Relação do direito tributário com o direito financeiro e com os demais ramos do direito. 1.3 Fontes. 1.4 Princípios do direito tributário. 1.5 Limitações do poder de tributar. 1.6 Repartição das receitas tributárias. 2 Tributo. 2.1 Conceito. 2.2 Natureza jurídica. 2.3 Espécies. 2.4 Imposto. 2.5 Taxa. 2.6 Contribuição de melhoria. 2.7 Empréstimo compulsório. 2.8 Contribuições. 3 Competência tributária. 3.1 Classificação. 3.2 Exercício da competência tributária. 3.3 Capacidade tributária ativa. 3.4 Imunidade tributária. 3.5 Distinção entre imunidade, isenção e não incidência. 3.6 Imunidades em espécie. 4 Fontes do direito tributário. 4.1 Constituição Federal. 4.2 Leis complementares. 4.3 Leis ordinárias e atos equivalentes. 4.4 Tratados internacionais. 4.5 Atos do Poder Executivo federal com força de lei material. 4.6 Atos exclusivos do Poder Legislativo. 4.7 Convênios. 4.8 Decretos regulamentares. 4.9 Normas complementares. 5 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 6 Obrigação tributária. 6.1 Obrigação principal e acessória. 6.2 Fato gerador. 6.3 Sujeito ativo. 6.4 Sujeito passivo. 6.5 Solidariedade. 6.6 Capacidade tributária. 6.7 Domicílio tributário. 6.8 Responsabilidade tributária. 6.9 Responsabilidade dos sucessores. 6.10 Responsabilidade de terceiros. 6.11 Responsabilidade por infrações. 7 Crédito tributário. 7.1 Constituição de crédito tributário. 7.2 Lançamento. 7.3 Modalidades de lançamento. 7.4 Suspensão do crédito tributário. 7.5 Extinção do crédito tributário. 7.6 Exclusão de crédito tributário. 7.7 Garantias e privilégios do crédito tributário. 8 Administração tributária. 8.1 Fiscalização. 8.2 Dívida ativa. 8.3 Certidões negativas. 9 Impostos da União. 10 Impostos dos estados e do Distrito Federal. 10.1 Lei Complementar Federal nº 87/1996 e suas alterações. 11 ICMS: obrigação tributária principal; fato gerador; base de cálculo; alíquotas; não cumulatividade e crédito fisco-contábil; apuração e prazo de recolhimento; sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária e responsável tributário; substituição tributária; isenção. 12 Impostos dos municípios. 13 Processo administrativo tributário. 16 Processo judicial tributário. 16.1 Ação de execução fiscal. 16.2 Lei Federal nº 6.830/1980 e suas alterações (Execução Fiscal). 16.3 Ação cautelar fiscal. 16.4 Ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária. 16.5 Ação anulatória de débito fiscal. 16.6 Mandado de segurança. 16.7 Ação de repetição de indébito. 16.8 Ação de consignação em pagamento. 16.9 Ações de controle de constitucionalidade. 16.10 Ação civil pública. 17 Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Direito Processual Civil: conceito, natureza e relações com outros ramos do Direito. 2. Tutela constitucional do processo. Princípios constitucionais e informativos do processo civil. 3. Normas e princípios fundamentais do processo civil. Aplicação e interpretação das normas processuais em geral, no tempo e no espaço. Direito intertemporal e direito adquirido processual. 4. Teoria da ação: elementos, condições, tipologia das ações. 5. Jurisdição e competência: conceituação. Função jurisdicional: limites da jurisdição nacional, cooperação internacional. Competência interna e cooperação nacional. 6. Processo. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais de existência, validade e negativos. 7. Sujeitos do processo. Partes e procuradores: capacidade e deveres. Litisconsórcio. Juiz e auxiliares da Justiça: poderes, deveres e responsabilidade. Impedimentos e suspeição. Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia pública. Prerrogativas da Fazenda Pública em Juízo. Representação processual das pessoas jurídicas de direito público. 8. Honorários sucumbenciais, despesas, custas e multas processuais em geral e em relação à Fazenda Pública. 9. Modalidades de intervenção de terceiros. Denúnciação da lide. Chamamento ao processo.



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

Assistência simples e litisconsorcial. Desconsideração da personalidade jurídica. Amicus curiae. 10. Atos processuais. Forma, tempo e lugar dos atos processuais. Prazos: verificação, natureza e contagem. Preclusão. Comunicação dos atos processuais. Citação e intimação. Nulidades: conceituação e classificação. Distribuição e registro. Valor da causa. 11. Tutelas provisórias: conceituação e características. Tutela de urgência. Tutela antecipada e tutela cautelar requeridas em caráter antecedente. Tutela da evidência. Tutela provisória contra o Poder Público. 12. Formação, suspensão e extinção do processo. 13. Procedimento comum: petição inicial: requisitos, emenda e indeferimento. A improcedência liminar do pedido. 14. Audiência de conciliação e mediação. 15. Respostas do réu: contestação, reconvenção e revelia. 16. Fase ordinatória. Providências de saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. 17. Audiência de instrução e julgamento. 18. Provas. Teoria da prova. A distribuição dos ônus probatório. Ações probatórias autônomas. Produção antecipada de prova. 19. Ata notarial, depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa. Prova documental: força probante, arguição de falsidade, produção e documentos eletrônicos. Prova testemunhal: admissibilidade, valor e produção. Prova pericial. Inspeção judicial. 20. Atos do juiz. Decisão interlocutória. Sentença. Elementos e efeitos da sentença. Remessa necessária. Julgamento das ações relativas a prestações de fazer, não fazer e entregar coisa. 21. Coisa julgada. Conceito. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. Eficácia preclusiva da coisa julgada. Efeitos da coisa julgada. 22. Liquidação de sentença. 23. Cumprimento de sentença. Sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa: cumprimentos provisório e definitivo. Sentença que reconhece a exigibilidade da obrigação de prestar alimentos. Sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa. 24. Procedimentos especiais. Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Ação de divisão e demarcação de terras particulares. Ação de dissolução parcial de sociedade. Inventário e partilha. Embargos de terceiro. Oposição. Habilitação. Ação Monitória. Restauração de autos. Procedimentos de jurisdição voluntária. 25. Processo de execução. Execução em geral. Partes e competência. Requisitos da execução. Responsabilidade patrimonial. 26. Execuções em espécie: obrigações de entrega de coisa, obrigações de fazer ou de não fazer, execuções por quantia certa, execuções contra a Fazenda Pública, execução de alimentos. Embargos à execução. Suspensão e extinção das execuções. 27. Responsabilidade patrimonial. Penhora, depósito e avaliação. Impenhorabilidade. 28. A expropriação de bens e a satisfação do crédito. 29. Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. Teoria geral dos recursos: conceito, classificações, juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Duplo grau de jurisdição. Efeitos dos recursos. Recurso adesivo. Ordem dos processos no tribunal. Deveres e poderes do relator. Teoria do precedente. Precedentes vinculantes. 30. Processos e incidentes de competência originária nos tribunais. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Conflito de competência. Homologação de decisões estrangeiras e concessão de exequatur à carta rogatória. Ação rescisória. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Reclamação. 31. Recursos ordinários em espécie: apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração. Disposições comuns e específicas. 32. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. Recurso ordinário constitucional. Requisitos específicos dos recursos a tribunais superiores. Ôbices de admissibilidade. Súmulas do STJ e do STF em matéria recursal. Recurso Extraordinário e Recurso Especial. Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. Agravo em Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Embargos de Divergência. 33. Direito processual coletivo. Conceito e princípios das tutelas coletivas. Regramento da competência.



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

Conexão e litispendência. Legitimidade ad causam. Inquérito civil. Compromisso de ajustamento de conduta: autorizados a celebrar, conteúdo, limites, efeitos e sua execução. Especificidades do processo coletivo: intervenção de terceiros, liquidação e execução de sentença, coisa julgada e reexame necessário. 34. Ação civil pública. Ritos e medidas antecipatórias na proteção da probidade administrativa, patrimônio público, consumidor e meio ambiente. Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90). Ação de ressarcimento ao erário. 35. Juizados especiais cíveis e da Fazenda Pública. 36. Prescrição das ações contra a Fazenda Pública e suas dívidas (Decreto Federal nº 20.910/1932 e Decreto-lei Federal nº 4.597/1942). 36. Ações constitucionais. Mandado de Segurança individual e coletivo (Lei Federal nº 12.016/09). Mandado de injunção. Ação popular. Habeas data. 37. Ação Popular (Lei Federal nº 4.717/65); 38. Processo judicial eletrônico. Informatização do processo judicial. 39. A mediação e a autocomposição de conflitos (Lei Federal nº 13.140/15).

DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Direito objetivo. Normas jurídicas. Fontes do direito. Vigência, eficácia, aplicação, hierarquia e revogação. Interpretação das leis. Conflito intertemporal e interespaçial de leis. Direito subjetivo. Direito potestativo. Faculdade. Poder. Interesse legítimo. Status. Ônus. Sujeição. Direito adquirido e expectativa de direito. 2. Relações entre a Constituição e o Código Civil. 3. As pessoas como sujeitos da relação jurídica: conceito e classificação. Pessoas naturais. Pessoas jurídicas. Registro civil. Desconsideração da personalidade jurídica. Domicílio e residência. 4. Os bens como objeto da relação jurídica. Bens, patrimônio e esfera jurídica. Diferentes classes de bens. 5. Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. Prescrição e decadência. Prescrição e Fazenda Pública. Prova. 6. Obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Perdas e danos. Juros. Atualização monetária. Cláusula penal. Caso fortuito e força maior. Obrigações por atos ilícitos. 7. Contratos em geral. Princípios contratuais. Várias espécies de contrato. Função social do contrato. Boa-fé objetiva. Equilíbrio contratual. Teoria da imprevisão. Onerosidade excessiva. Formação e interpretação dos contratos. Contrato preliminar. Extinção dos contratos. Responsabilidade pré-contratual e pós-contratual. Classificação dos contratos. Atos unilaterais. Títulos de crédito. Preferências e privilégios creditórios. 8. Responsabilidade civil. Definição. Evolução histórica. Fundamentos e pressupostos. Espécies e efeitos da responsabilidade civil. Repercussão civil da decisão prolatada em processo criminal. Diferenças entre responsabilidades civil, penal e administrativa. Responsabilidade em decorrência do dano ambiental. Danos patrimoniais e extrapatrimoniais. 9. Coisas. Posse: conceito, noções gerais e classificação. Teorias acerca da natureza jurídica da posse. Aquisição e perda. Efeitos da posse. Usucapião. Direitos reais. Propriedade. Restrições ao uso da propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador. Penhor, anticrese e hipoteca. Multipropriedade imobiliária. Propriedade fiduciária. Alienação fiduciária de bens móveis e imóveis.

DIREITO EMPRESARIAL

1. Do Direito de Empresa. Do Empresário. Da caracterização e da inscrição. Da capacidade. Sociedade limitada unipessoal. Estabelecimento empresarial. Institutos complementares. 2. Da Sociedade. Disposições gerais. Da sociedade não personificada. Da sociedade personificada. Da



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

sociedade simples. Da sociedade em nome coletivo. Da sociedade em comandita simples. Da sociedade limitada. Da sociedade anônima. Da sociedade em comandita por ações. Da sociedade cooperativa. Das sociedades coligadas. 3. Da liquidação da sociedade. Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades. 4. Da Recuperação Judicial, Extrajudicial e a Falência do Empresário e da Sociedade Empresária (Lei Federal nº 11.101/2005).

DIREITO FINANCEIRO

1. As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado. Direito Financeiro. Relações do Direito Financeiro com os outros ramos do Direito e com a Política Fiscal. Autonomia. Fontes. 2. Normas gerais de Direito Financeiro (Lei Federal nº 4.320/1964). Receita tributária. Repartição. Multas. Receitas originárias. Teoria dos preços. Taxa e preço público. 3. Federalismo fiscal e pacto federativo. Gastos tributários diretos e indiretos. Renúncia Fiscal. Repartição das receitas tributárias. Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. Fundo de Participação dos Municípios. Retenção de recursos. Hipóteses. 4. Receita pública. Receitas e entradas. Classificação das receitas. As receitas tributárias e não tributárias. Vinculação de receitas. Hipóteses e vedações. Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios – DREM (Emenda Constitucional nº 93, de 2016). Unidade de Tesouraria. 5. Despesa pública. Conceito e características. Espécies. Regime jurídico. Procedimento para a realização das despesas públicas. Fundos Especiais de Despesa. Fundos financeiros e de fomento. 6. Subvenções econômicas e subvenções sociais. 7. Orçamento. Regime jurídico do orçamento público. Direito constitucional orçamentário. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Tramitação legislativa. Emendas impositivas (Emenda Constitucional nº 86, de 2015; Emenda Constitucional nº 102, de 2019 e Emenda Constitucional nº 105, de 2019). Fiscalização financeira e orçamentária. Tipos de controle. Controle interno. Controle externo. Tribunais de Contas. 8. Crédito público. Noções fundamentais. Natureza jurídica. Empréstimos públicos e espécies. Limites do crédito público. 9. Responsabilidade fiscal. Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF). Estágios da despesa pública. Execução orçamentária. Objetivos e características da LRF. Renúncia de receitas e os incentivos fiscais. Limites de despesas com pessoal. Transferências voluntárias e destinação de recursos para o setor privado. Atividades financeiras vedadas pela LRF. 10. Endividamento público. Dívida pública. Operações de crédito. Prestação de garantias. Aspectos jurídicos do endividamento subnacional. Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, e suas alterações. 11. Novo Regime Fiscal (NRF). Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. Lei Complementar Federal nº 159/ 2017, alterada pela Lei Complementar Federal nº 178/2021).

DIREITO DO TRABALHO

1. Direito do Trabalho: natureza. Conteúdo. Fontes. Interpretação, integração e aplicação. Princípios Gerais do Direito do Trabalho. Indisponibilidade e irrenunciabilidade dos direitos. Fraude à lei. Direito constitucional do trabalho. Reforma trabalhista. Lei Federal nº 13.467/2017. 2. Relação de trabalho e relação de emprego. Diferenças e semelhanças. 3. Contrato individual de trabalho: denominação. Natureza jurídica. Conceito, classificação e caracterização. Identificação profissional. Trabalho voluntário. Morfologia do contrato. Elementos integrantes da relação de emprego:



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

essenciais, naturais e acidentais. Definições legais de empregado e empregador. 4. Efeitos do contrato de trabalho: direitos, deveres e obrigações das partes. Efeitos próprios e efeitos conexos (direitos intelectuais e invenções do empregado). Dano material e dano moral individual e coletivo: caracterização, conceito e aferição. Dano existencial: caracterização, conceito e reparação. Dano biológico. Indenização por danos extrapatrimoniais e materiais trabalhistas. 5. Modalidades de contratos de trabalho. Tipos de contratos a termo. Contrato de experiência e período de experiência. Contrato de trabalho e contratos afins. Diferenças entre contratos de trabalho e locação de serviços, facção, empreitada, representação comercial, mandato, sociedade e parceria. Trabalhador autônomo. Pré-contratações: requisitos para configuração, efeitos, direitos decorrentes, hipótese de perdas e danos. 6. Formas de invalidade do contrato de trabalho. Nulidades: total e parcial. Absoluta e relativa. Efeitos da declaração de nulidade. Trabalho lícito e trabalho proibido. 7. Empregado. Conceito e espécies. Empregado público. Estagiário. Aprendiz. 8. Empregador. Conceito e caracterização. Poderes diretivo, regulamentar, fiscalizador e disciplinar. Limites ao poder potestativo. Empresa e estabelecimento. Solidariedade de empresas e Sucessão trabalhista. Terceirização e intermediação de mão-de-obra no Direito do Trabalho. Terceirização lícita e ilícita. Trabalho temporário. Entes estatais e terceirização. Responsabilidade na terceirização. Responsabilidade empresarial e pessoal (Teoria da desconsideração da personalidade jurídica). 9. Jornada de trabalho: delimitações. Jornadas especiais de trabalho. Horário de trabalho. Trabalho noturno e extraordinário. Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas (banco de horas). Horas in itinere. Empregados excluídos do direito às horas-extras. Intervalos para descanso. Repouso semanal remunerado e feriados. Férias. Trabalho em regime de revezamento e em regime de tempo parcial. 10. Remuneração e salário: conceito, distinções. Salário mínimo, piso salarial. Gorjetas. Caracteres e classificação do salário. Composição do salário. Modalidades de salário. Adicionais. Gratificação. Comissões. 13º salário. Parcelas não-salariais. Salário e indenização. Salário in natura e utilidades não-salariais. Equiparação salarial: enquadramento legal, exceções ao direito a equiparação salarial e requisitos para definição. Desvio de função. Quadro de carreira e Plano de cargos e salários. 11. Interrupção e suspensão do contrato de trabalho: conceito, caracterização, distinções e efeitos. Situações tipificadas e controvertidas. 12. Alteração do contrato de trabalho. Alteração unilateral e bilateral, subjetiva e objetiva. Transferência do empregado. Remoção. Cessão. Reversão. Promoção e rebaixamento. Alteração de horário e da jornada de trabalho. Redução de remuneração. Jus variandi. Jus resistentiae. 13. Cessação do contrato de trabalho: causas, modalidades, efeitos e procedimentos. Obrigações e direitos decorrentes da cessação do contrato de trabalho. 14. Aviso prévio. FGTS. Estabilidade e garantias provisórias no emprego: conceito, caracterização e distinção. Dispensa abusiva. Formas de estabilidade. Teoria da nulidade da despedida arbitrária. Renúncia à estabilidade. Homologação. Despedida de empregado estável. Readmissão e reintegração. Direito à indenização. Despedida obstativa. 15. Empregados públicos na Administração direta e indireta. Contrato de trabalho do servidor público. Princípios trabalhistas e administrativos aplicáveis. Contrato por termo determinado. Cargos e funções comissionadas. Estabilidade do servidor público celetista. 16. Segurança e medicina do trabalho. Meio ambiente laboral. Insalubridade e Periculosidade. Acidente do trabalho e doenças ocupacionais: caracterização e responsabilidade jurídica. Trabalho da mulher e do menor. 17. Responsabilidade civil e as relações de trabalho. Dano moral individual e coletivo no campo das relações trabalhistas: caracterização, conceito e reparação. As relações de trabalho no âmbito de ajustes de parceria celebrados pelo Poder Público com as entidades do Terceiro Setor. 18. Direito Coletivo do Trabalho: Princípios. Sindicalização. Receitas do Sindicato. Negociação coletiva e



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

flexibilização. Acordo coletivo. Convenção coletiva e contrato coletivo de trabalho. Vigência, duração, efeitos e extensão dos instrumentos normativos. Arbitragem e mediação. Greve no serviço público. Lockout. 19. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Direito Processual do Trabalho. Princípios. Autonomia. Interpretação, integração e eficácia das normas. Ação trabalhista. Partes e procuradores. Capacidade. Representação e assistência. Substituição processual e litisconsórcio ativo e passivo. 2. Atos, termos e prazos processuais. Nulidades. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil. Comissão de Conciliação Prévia. 3. Organização judiciária do trabalho: jurisdição e competência. 4. Dissídio coletivo: conceito, classificação, competência, instauração, legitimidade, prazo e procedimento. Revelia. Sentença normativa: efeitos e vigência. Extensão das decisões e revisão. Ação de cumprimento. Recursos cabíveis. Mediação e arbitragem. 5. Dissídio individual: procedimento comum. Petição inicial. Audiência. Revelia e confissão. Resposta do réu. Exceções. Reconvenção. Provas e suspensão do processo. Sentença e coisa julgada. Nulidades da sentença. Termo de conciliação e seus efeitos perante as partes, terceiros e INSS. Prerrogativas da Fazenda Pública. Sistema recursal trabalhista: princípios e procedimentos. Teoria geral dos recursos. Efeitos dos recursos e pressupostos recursais. Juízos de admissibilidade e de mérito. Recurso de ofício. Direito intertemporal. Duplo grau de jurisdição. Recursos em espécie: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, recurso de revista, embargos no TST e embargos de declaração. Recurso adesivo. Recurso de revista repetitivo. Agravo regimental. Recurso Extraordinário. Princípios. Efeitos. Teoria da causa madura. Arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público. Uniformização de jurisprudência. Precedentes. Mecanismos para controle da aplicação dos precedentes. Julgamento de casos repetitivos. Incidentes processuais: Incidente de resolução de demandas repetitivas nos TRTs e no TST. Incidente de assunção de competência no Processo do Trabalho. Precedente judicial. Força vinculante da jurisprudência dos Tribunais. 6. Liquidação de sentença e execução trabalhista. Execução provisória e definitiva. Cumprimento de sentença. Exceção de pré-executividade. Execução em face da Fazenda Pública: precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs). Execução das contribuições previdenciárias: competência, alcance e procedimento. 7. Tutela provisória na Justiça do Trabalho. Tutelas de urgência e de evidência: conceito, espécies, pressupostos. Estabilização da tutela provisória. Tutela antecedente e incidente. Tutelas satisfativas. 8. Ação rescisória no processo do trabalho: cabimento, competência, hipóteses de admissibilidade, legitimidade, requisitos. Revelia. Juízo rescindente e juízo rescisório. Prazo. Procedimento e recurso. Ação anulatória de sentença (querela nullitatis). Ações constitucionais e cíveis admissíveis no processo do trabalho. 9. Ação civil pública. Ação civil coletiva. Legitimados, substituição processual, condenação genérica e liquidação. Coisa julgada e litispendência. 10. Prescrição e decadência no Direito do Trabalho. Causas de interrupção, impedimento e suspensão. Momento da arguição. Prescrição intercorrente. 11. Responsabilidade solidária e subsidiária na Justiça do Trabalho. 12. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho.

DIREITO AMBIENTAL

1. Direito ambiental constitucional. Meio ambiente como direito fundamental. Princípios estruturantes do estado de direito ambiental. Competências ambientais legislativa e material. Deveres



ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

ambientais. 2. Instrumentos jurisdicionais. Ação civil pública, ação penal pública, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, mandado de injunção ambiental. Função ambiental pública e privada. Função social da propriedade. Art. 225 da Constituição Federal de 1988. 3. Conceito de meio ambiente e seus aspectos. 4. Princípios de direito ambiental. Prevenção, precaução, poluidor-pagador e usuário-pagador, cooperação, informação, participação, equidade intergeracional. Princípios da tutela do patrimônio cultural. Cooperação, solidariedade, participação e informação, preservação do sítio e proteção do entorno, uso compatível com a natureza do bem, pró-monumento, valorização sustentável. 5. Política Nacional de Meio Ambiente. Objetivos. Instrumentos de proteção (técnicos e econômicos). SISNAMA: estrutura e funcionamento. Lei Federal nº 6.938/1981 e suas alterações. Decreto Federal nº 99.274/1990. Resolução do CONAMA nº 1/1986 e suas alterações (Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA). Resolução do CONAMA nº 237/1997 (Licenciamento Ambiental). Resolução do CONAMA nº 378/2006 e suas alterações (empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional). 6. Recursos hídricos. 6.1. Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações (Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos). Resolução do CNRH nº 16/2001. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). 7. Recursos florestais. Lei Federal nº 12.651/2012 e suas alterações. Resoluções do CONAMA nº 302/2002 e nº 303/2002 e suas alterações. Lei Federal nº 11.284/2006 e suas alterações (gestão de florestas públicas). Significado de gestão e de concessão florestal. 8. Espaços territoriais especialmente protegidos. Áreas de preservação permanente e reserva legal. Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC). Tipos de unidades, objetivos e categorias. 9. Política urbana. Diretrizes, instrumentos e competência. Artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Lei Federal nº 10.257/2001. 10. Responsabilidades. Efeito, impacto e dano ambiental. Poluição. Responsabilidade administrativa, civil e penal. Tutela processual. STF, STJ e tribunais de justiça estaduais. Crimes ambientais: espécies e sanções penais previstas. Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. Decreto Federal nº 6.514/2008.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO

1.1. Regime próprio de previdência dos servidores públicos (Lei Federal nº 9.717/1998). Emenda Constitucional nº 103, de 2019. 1.2. Segurados e dependentes. 1.2.1. Filiação e inscrição. 1.2.2. Paridade e integralidade. 1.2.3. Espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas. 1.2.4. Reajustamento e revisão. 1.2.5. Prescrição e decadência. 1.2.6. Acumulação de benefícios. 1.2.7. Justificação. 1.2.8. Ações judiciais em matéria previdenciária. 1.2.9. Acidente de trabalho. 1.2.10. Fundos de natureza previdenciária. 1.3. Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira. 1.4. Previdência complementar. 1.5. Lei Complementar Estadual nº 52/2019 (regime previdenciário dos servidores do estado de Alagoas).